

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA
CATARINA**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores da
Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 25 de maio de 2021.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimonio líquido			
	Nota	31/12/2020	31/12/2019		Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.444.861	7.716.308	Fornecedores		708.687	602.720
Anuidades a receber	5	14.733.268	12.502.030	Empréstimos e financiamentos	10	5.826.590	5.561.059
Outros créditos	6	417.887	374.129	Obrigações sociais e trabalhistas	11	1.785.601	1.897.320
Total do ativo circulante		24.596.016	20.592.467	Obrigações estatutárias	12	542.795	1.314.664
				Anuidades a realizar	13	5.409.473	10.783.388
				Outras obrigações		112.513	130.200
				Total do passivo circulante		14.385.659	20.289.351
Não circulante				Não circulante			
Outros créditos	6	87.540	87.540	Empréstimos e financiamentos	10	3.433.283	3.860.102
Depósitos judiciais	14	389.566	277.800	Provisão para contingências	14	2.635.664	2.574.615
Investimentos	7	851.545	851.545			6.068.947	6.434.717
Imobilizado	8	58.517.703	59.455.658				
Intangível	9	13.316	27.501	Patrimônio social	15		
Total do ativo não circulante		59.859.670	60.700.044	Patrimonio social		42.397.138	32.414.797
				Ajuste de avaliação patrimonial		21.603.942	22.153.646
				Total do patrimônio social		64.001.080	54.568.443
Total do ativo		84.455.686	81.292.511	Total do passivo e patrimônio social		84.455.686	81.292.511

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	16	41.745.730	39.831.888
Receitas/(despesas) operacionais			
Contribuições estatutárias	12	(10.597.264)	(9.771.495)
Despesas administrativas	17	(23.904.688)	(26.465.379)
Outras receitas/despesas operacionais	18	3.608.056	1.833.280
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		10.851.834	5.428.294
Resultado financeiro líquido	19	(869.492)	(1.224.618)
Superávit líquido do exercício		9.982.342	4.203.676

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	28.211.120	22.706.634	50.917.754
Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	(552.988)	(552.988)
Superávit líquido do exercício	4.203.676	-	4.203.676
Saldos em 31 de dezembro de 2019	32.414.796	22.153.646	54.568.442
Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	(549.704)	(549.704)
Superávit líquido do exercício	9.982.342	-	9.982.342
Saldos em 31 de dezembro de 2020	42.397.138	21.603.942	64.001.080

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	2020	2019
Superávit líquido do exercício	9.982.342	4.203.676
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Provisão para contingências	330.324	(2.305.029)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	2.420.903	2.573.541
Juros provisionados	391.683	-
Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	(552.988)
Baixa ativo imobilizado e intangível	709.855	-
Depreciação/amortização	1.888.573	2.209.896
	15.723.680	6.129.096
Redução/(aumento) nos ativos		
Anuidades a receber	(4.652.141)	(3.749.059)
Depósitos judiciais	(111.766)	(204.775)
Outros créditos	(43.758)	142.371
	(4.807.665)	(3.811.463)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	105.967	(747.945)
Obrigações sociais e trabalhistas	(111.719)	221.440
Obrigações estatutárias	(771.869)	(98.562)
Anuidades a realizar	(5.373.915)	991.793
Outras obrigações	(286.963)	(7.788)
	(6.438.499)	358.937
Pagamento de juros	(391.681)	
Recursos líquidos absorvidas nas atividades operacionais	4.085.835	2.676.570
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de investimentos		
Redução/(aumento) em investimentos	-	(139.609)
Aquisições líquidas no imobilizado/intangível	(2.195.995)	(1.463.116)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(2.195.995)	(1.602.725)
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	5.300.000	-
Amortização de empréstimos	(5.461.287)	-
Aumento/(redução) de empréstimos e financiamentos	-	(343.164)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(161.287)	(343.164)
Aumento líquido nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	1.728.553	730.681
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.716.308	6.985.627
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.444.861	7.716.308
Aumento líquido nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	1.728.553	730.681

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, constituída por meio do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina é sediada na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4860, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

1.1. COVID19

Tendo em vista o atual cenário do país decorrente da pandemia do COVID-19, caracterizado pela Organização Mundial da Saúde como pandemia (“Coronavírus”), a Entidade adotou algumas medidas para preservar a saúde e integridade física de suas pessoas e comunidade local:

- (i) Divulgação de plano preventivo interno sobre a prevenção do Coronavírus, estabelecendo processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação da situação, com políticas e ações que protejam seus colaboradores da disseminação do vírus, e com a participação direta dos colaboradores e da empresa de segurança do trabalho (Maxipass);
- (ii) Afastamento domiciliar monitorado para colaboradores que apresentem tosse, febre ou falta de ar;
- (iii) Recomendação de regime de “home office” para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e seja considerada como essencial para manter a capacidade mínima necessária de funcionamento da Entidade, inclusive para as pessoas acima de 60 anos e outras que sejam consideradas do grupo de risco;
- (iv) A concessão de férias para diversos colaboradores;
- (v) Horário flexíveis de entrada e saída dos colaboradores;
- (vi) Introdução de rotinas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliário e instalações prediais.
- (vii) Cancelamento da realização das provas do Exame da Ordem, previsto para os meses de abril e agosto de 2020.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000), aprovada pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, com observância à Legislação Societária, aos Princípios de Contabilidade, , NBC T - Normas Brasileiras de Contabilidade, número 10.19, do Conselho Federal de Contabilidade, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído através da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Entidade em 20 de maio de 2021 e serão posteriormente submetidas à Comissão Orçamentária da Entidade.

Para a Entidade não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício e o superávit/déficit do exercício. Dessa forma, a Entidade apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

3. Descrição das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses. Estão demonstrados ao custo acrescido das numerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.2. Anuidades a receber

As anuidades a receber estão registradas pelos valores fixados em cada exercício e estão refletidas pelo valor presente de realização.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As anuidades a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para perdas, quando aplicável. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber e são registradas quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das anuidades a receber.

O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o saldo de anuidades a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.3. Imobilizado

Os bens do imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos, quando aplicável.

3.4. Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, direito de uso e contratos de programas. A amortização é calculada pelos prazos de vida útil. O intangível não supera seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o intangível pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao *impairment test*.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo e o risco de cada transação.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.

3.8. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*'pro rata temporis'*).

3.9. Contribuições estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei nº. 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- 10% para ao Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

3.10. Apuração do resultado - superávit/déficit

As receitas de anuidades recebidas pelos advogados são reconhecidas pelo regime de competência. As demais receitas da Entidade e os gastos com sua manutenção também são registrados pelo regime de competência.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro não são devidos, em virtude da OAB gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.906/94, de 04 de julho de 1994.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa seccional	2.089	6.174
Caixa subseções	33.866	33.925
Bancos conta movimento seccional	2.035.665	248.762
Bancos conta movimento subseções e filiais	889.954	501.829
Bancos conta poupança	98.942	95.754
Aplicações financeiras	6.384.345	6.829.864
	9.444.861	7.716.308

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Entidade tem como prática de investimentos financeiros que estes se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

5. Anuidades a receber

	31/12/2020	31/12/2019
Anuidades a receber - exercício corrente	8.295.436	7.453.033
Anuidades a receber - exercícios anteriores	17.067.240	12.796.916
Infrações disciplinares e eleitorais	662.039	662.794
Cartões a receber anuidades e taxas	1.375.682	1.835.513
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(12.667.129)	(10.246.226)
	14.733.268	12.502.030

Com o intuito de estimar os montantes de perdas estimadas na realização de créditos a serem reconhecidos no exercício, a Administração da Entidade realiza análises da rubrica anuidades a receber e infrações disciplinares/eleitorais, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de anuidades a receber por idade de vencimento.

No exercício de 2020 a Administração da Entidade procedeu a um estudo de seu histórico de recuperabilidade de créditos e implementou uma nova política de perdas estimadas para Anuidades a receber, conforme abaixo:

	Percentual de perda estimada (%)
Anuidades dos exercícios de 2008 a 2016 não ajuizadas	100
Anuidades do exercício de 2017 não ajuizadas	90
Anuidades do exercício de 2018 não ajuizadas	80
Anuidades do exercício de 2019 não ajuizadas	70
Anuidades do exercício de 2020 não ajuizadas	60
Multas eleitorais e disciplinares 2009 a 2016 não ajuizadas	100
Multas eleitorais e disciplinares 2017 a 2020 não ajuizadas	90

Demonstramos abaixo a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para os exercícios 2020 e 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	(10.246.226)	(7.672.685)
Adições	(2.420.903)	(2.651.625)
Exclusões	-	78.084
Saldos finais	(12.667.129)	(10.246.226)

6. Outros créditos

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos a subseções	743	143.619
Adiantamento a empregados	100.403	109.553
Adiantamento a fornecedores	243.400	73.077
Créditos diversos	73.341	47.880
Adiantamento repasse FIDA	87.540	87.540
	505.427	461.669
Circulante	417.887	374.129
Não circulante	87.540	87.540

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

7. Investimentos

	31/12/2020	31/12/2019
Cota Capital Sicoob	851.545	851.545
	851.545	851.545

8. Imobilizado

Demonstramos a seguir a composição do imobilizado:

	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos	22.493.400	22.493.400
Móveis e utensílios	4.923.578	4.786.339
Obras de arte	630	230
Edifícios	34.075.231	33.421.742
Obras em andamento	335.509	124.536
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.017.247	4.983.672
Máquinas e equipamentos	1.939.251	1.852.194
Equipamentos de informática e software	2.121.792	1.804.091
Veículos	209.495	209.495
(-) Depreciação acumulada	(12.598.430)	(10.220.043)
	58.517.703	59.455.656

Demonstramos a seguir a movimentação do Imobilizado - custo corrigido para o exercício de 2020:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2019	Aquisições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2020
Terrenos	22.493.400	-	-	-	22.493.400
Móveis e utensílios	4.786.339	171.373	(34.133)	-	4.923.579
Obras de arte	230	400	-	-	630
Edifícios	33.421.742	653.489	-	-	34.075.231
Obras em andamento	124.537	210.972	-	-	335.508
Máquinas e equipamentos	1.852.194	113.785	(26.728)	-	1.939.251
Equipamentos informática	1.804.091	325.337	(7.635)	-	2.121.793
Benfeitorias em Imóveis					
Terceiros	4.983.673	33.575	-	-	5.017.247
Veículos	209.495	-	-	-	209.495
	69.675.701	1.508.930	(68.496)	-	71.116.134

Demonstramos a seguir a movimentação da depreciação acumulada para o exercício de 2020:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2020
Móveis e utensílios	(2.219.301)	(485.250)	21.786	(2.682.765)
Edifícios	(4.970.057)	(1.336.885)	-	(6.306.942)
Máquinas e equipamentos	(865.378)	(189.083)	19.410	(1.035.051)
Equipamentos informática	(1.322.116)	(190.582)	7.602	(1.505.096)
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	(739.711)	(199.405)	-	(939.116)
Veículos	(103.480)	(25.980)	-	(129.460)
	(10.220.043)	(2.427.185)	48.798	(12.598.430)

Com relação ao imobilizado a administração da entidade optou em manter os percentuais de depreciações sugeridos na legislação vigente, concluindo que não há necessidade de alteração das taxas de depreciação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Foram cedidos bens da Entidade em garantia de empréstimos ou outros compromissos.

Análise de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

Os itens do imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A análise de recuperação dos ativos é realizada anualmente, sendo que o mesmo não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

9. Intangível

	31/12/2020	31/12/2019
Direito de uso de software	466.543	469.636
(-) Amortização acumulada	(453.227)	(442.135)
	13.316	27.501

Demonstramos a seguir a movimentação do intangível líquida:

	31/12/2019	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2020
Direito de uso de sistemas	27.501	3.093	(3.093)	(14.185)	13.316
	27.501	3.093	(3.093)	(14.185)	13.316

Análise do valor recuperável de ativos

A análise de recuperação dos ativos intangíveis da Entidade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

10. Empréstimos e financiamentos

	Modalidade	Taxa	31/12/2020	31/12/2019
Badesc - Obra Joinville	Investimento	TJLP + 6,1% a.a	2.141.088	2.600.184
Bancoob	Capital de giro	CDI + 0,22% a.m	-	150.857
Caixa Econômica Federal	Capital de giro	1,41% a.m	-	32.937
Sicoob Adv. SC Ctr 17.378-5	Capital de giro	CDI + 0,35% a.m.	221.775	264.383
Sicoob Adv. SC Ctr 31.392-9	Capital de giro	CDI + 0,60% a.m.	4.700.000	-
Sicoob Adv. SC Ctr 33.379-3	Capital de giro	CDI + 0,60% a.m.	600.000	-
Sicoob Adv. SC Ctr 24.421-8	Capital de giro	CDI + 0,60% a.m.	-	2.600.000
Sicoob Adv. SC Ctr 25.697-0	Capital de giro	CDI + 0,60% a.m.	-	700.000
Sicoob Adv. SC Ctr 27.786-1	Capital de giro	CDI + 0,60% a.m.	-	1.300.000
Coop. de Cred. Mútuo dos Adv.27015	Capital de giro	CDI + 0,35% a.m.	1.597.010	1772.800
			9.259.873	9.421.161
Circulante			5.826.590	5.561.059
Não circulante			3.433.283	3.860.102

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

A Entidade encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos.

▪ **Garantias.**

- (a) Em garantia ao principal, reajuste monetário, juros compensatórios e moratórios, multa legal e quaisquer outras importâncias que de qualquer modo, venham a acrescer a dívida, a Entidade dá ao BADESC em forma de alienação fiduciária os bens: i) um terreno situado em Joinville (SC), bairro Saguaçu, sob matrícula n° 6124, avaliado em R\$ 982.973 na data do contrato ii) um terreno situado em Rio do Sul (SC), perímetro urbano, sob matrícula n° 2049, avaliado em R\$ 800.000 na data do contrato. O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	481.403	426.521
Provisão de férias	807.342	1.038.460
Pensão alimentícia	1.698	255
Empréstimos de funcionários a repassar	3.023	3.023
FGTS a pagar	133.898	77.167
INSS a recolher	217.534	230.237
PIS a recolher	11.614	12.714
IRRF - assalariados	58.628	63.987
IRRF - serviços de autônomos	854	2.754
IRRF sobre serviços prestados P. Jurídica	5.888	1.997
ISS	26.265	16.650
CSRF	37.454	23.555
	1.785.601	1.897.320

12. Obrigações estatutárias

	31/12/2020	31/12/2019
Cota estatutária Conselho Federal	400.009	541.585
Cota estatutária CAASC	-	602.777
Cota estatutária FIDA	77.850	105.366
Parcelamento FIDA	64.936	64.936
	542.795	1.314.664

Estão registradas as obrigações estatutárias conforme previsto no estatuto social da Entidade, o qual faz referência às destinações apuradas após a aferição da receita. O cálculo das destinações é realizado de acordo com as seguintes premissas, incluídas no Estatuto da Advocacia e da OAB:

	Percentual
Total das receitas brutas mensais	100%
Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA	(2%)
Fundo cultural	(3%)
Conselho Federal	(10%)
Despesas administrativas e manutenção do Conselho Seccional	(45%)
Base para repasse CAASC	40%
Percentual de repasse à CAASC	20%
Demonstramos a seguir as contribuições estatutárias reconhecidas nos	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

exercícios:

	2020	2019
Conselho Federal	(3.311.645)	(3.053.592)
CAASC	(6.623.290)	(6.107.185)
FIDA	(662.329)	(610.718)
	<u>(10.597.264)</u>	<u>(9.771.490)</u>

13. Anuidades a realizar

Nos meses de novembro e dezembro de 2020 foram recebidas 6.251 anuidades pagas em cota única, referentes ao exercício de 2021, sendo que os advogados que quitaram a cota única tiveram desconto de 15% sobre o valor da anuidade do exercício com pagamento até 05 de fevereiro 2021, além desses outras 144 advogados pagaram alguma parcela referente ao exercício de 2021.

Dessa forma, o montante das anuidades do exercício de 2021 recebidas em cota única em 2020 totalizou R\$ 6.694.821 e os descontos sobre estas anuidades totalizaram R\$ 1.346.532, tendo a Entidade recebido o líquido de R\$ 5.348.289, estes valores serão reconhecidos na rubrica de receita durante o ano-calendário de 2021 em atendimento ao princípio da competência contábil. O valor bruto das anuidades parceladas recebidas é de R\$ 71.685, e, o valor líquido é de R\$ 61.190, com desconto de R\$ 10.495.

14. Provisão para contingências

A Entidade é parte (réu) em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2020 a Entidade registra o montante de R\$ 389.566 (R\$ 277.800 em 31 de dezembro de 2019) a título de depósitos judiciais, os quais foram efetuados em sua totalidade no decorrer das ações trabalhistas com as quais a Entidade está envolvida.

O Departamento Jurídico atualiza a situação dos processos e faz as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Demonstramos a seguir a abertura da natureza da provisão para contingências:

	31/12/2020	31/12/2019
Cível	792.045	2.574.615
Trabalhistas	1.843.619	-
	<u>2.635.664</u>	<u>2.574.615</u>

Demonstramos a movimentação da provisão para contingências:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	2.574.615	4.879.644
Adições	777.990	-
Exclusões	(716.941)	(2.305.029)
	<u>2.635.664</u>	<u>2.574.615</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade possui processos para os quais os advogados atribuíram prognósticos de perdas possíveis, dessa forma não foi constituída provisão, perfazendo o valor de R\$66.075.487, sendo processos trabalhistas no valor de R\$ 257.401 e cíveis no valor de R\$ 65.818.086. Desse montante, o total de R\$ 54.787.670 trata-se de ação cível de responsabilidade solidaria sobre as contribuições previdenciárias oriundos dos pagamentos da defensoria da ativa dos anos de 2009 a 2012, sob o número 5024803-48.2017.404.7200.

15. Patrimônio social

O Patrimônio Social da Entidade é formado pela acumulação dos superávits (déficits) apurados em cada exercício social.

15.1. Ajuste de avaliação patrimonial

A Administração da Entidade contratou durante o exercício de 2013 uma empresa especializada para realização de levantamento patrimonial e avaliação da vida útil dos bens do imobilizado e intangível, cujo objetivo foi identificar, mensurar e regularizar os bens integrantes desses grupos. A Entidade adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado, tomando como base os laudos que foram preparados utilizando-se o método evolutivo.

O método evolutivo segue a prerrogativa do item 8.2.4 da NBR 14.653-2 da ABNT. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado pela empresa Avesa Engenharia.

O laudo foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela NORMA NBR-14.653, especificamente, a saber: NBR- 14653-1, NBR- 14653-2 e NBR- 14653-5 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, e estrita observância dos postulados constantes dos Códigos de Ética Profissional do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e do IEL - Instituto de Engenharia Legal, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Considerações das inspeções técnicas:

- Vistoria;
- Títulos de propriedade e outros documentos;
- Caracterização do local;
- Avaliação das benfeitorias e instalações;
- Valor total das benfeitorias e instalações;
- Avaliação de equipamentos, móveis e demais itens;
- Conclusão;
- Anexos.

A adoção dessa avaliação resultou em um ajuste de R\$ 28.001.985, bem como a identificação de uma provisão para impairment de R\$ 122.026. A contrapartida desses valores foi registrada no patrimônio social da Entidade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Demonstramos abaixo a movimentação do Ajuste de Avaliação Patrimonial registrado no Patrimônio Líquido:

AAP - Ajuste de Avaliação Patrimonial

	31/12/2020	31/12/2019
Total do imobilizado AAP	28.001.985	28.001.985
(-) Depreciação acumulada AAP	(6.398.043)	(5.848.339)
Total do imobilizado AAP líquido	21.603.942	22.153.646
Realização total AAP no PL no exercício	(549.704)	(552.988)

16. Receita operacional líquida

Demonstramos a seguir a conciliação da receita operacional bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Anuidades de advogados	38.560.467	35.888.984
Aluguéis	1.072.729	1.074.862
Taxas e emolumentos/Infrações	2.112.534	2.868.042
	41.745.730	39.831.888

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

17. Despesas administrativas

As despesas administrativas, por natureza, estão demonstradas da seguinte maneira:

Despesas por natureza	2020	2019
Despesas com pessoal	(13.624.319)	(15.344.923)
Serviços profissionais	(3.706.271)	(3.883.496)
Contribuições, impostos e taxas	(144.840)	(126.077)
Despesas com aluguéis	(551.265)	(973.807)
Manutenção de bens móveis e imóveis	(275.958)	(307.920)
Despesas com veículos	(34.091)	(120.340)
Bens de pequeno valor	(29.289)	(8.813)
Publicidade e eventos	(425.232)	(659.359)
Despesas de viagens e estadias	(263.218)	(1.484.620)
Despesas com depreciações e amortizações	(1.894.654)	(2.209.896)
Prestadores de serviços	(1.344.036)	(1.681.370)
Material de consumo	(810.026)	(1.800.576)
Despesas diversas	(422.547)	(166.789)
Despesas com provisões para contingências	(330.324)	2.305.029
Despesa nacional de advocacia	(48.618)	(2.422)
	(23.904.688)	(26.465.379)

18. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2020	2019
Inscrições em eventos	-	64.500
Receitas exame de Ordem	386.692	1.188.229
Receitas de fotocópias	85.093	332.172
Contribuições voluntárias	-	14.177
Patrocínio para eventos	341.899	419.268
Receita de cursos/treinamentos	-	21.045
Receita Esa	23.840	185.934
Receitas estacionamento	7.301	50.151
Receita c/ comissões	41.995	207.118
Recuperação de Despesa	-	522
Devolução de Receita	(2.060)	-
Receita sede balneária	25.871	93.005
Receita pousada	8.297	46.135
Receita evento feijoada	-	82.908
Receita auxílios financeiros	2.145.575	2.197.134
Indenizações/recuperações recebidas	1.860	3.015
Auxílio Financeiro Suplementar	1.876.419	-
Remissão de Dívidas	517.275	-
Receitas diversas	353.430	798.674
Outras receitas	5.813.487	5.703.987

	2020	2019
Lucro na alienação de ativo imobilizado	257.877	(28.451)
Descontos/abatimentos/devoluções	(22.710)	(1.236.423)
Constituição de Perdas est. em cré. líq. duvidosa.	(2.420.902)	(2.573.540)
Doação do Ativo	(1.373)	-
Perda/quebra/ doação ativo imobilizado	(18.323)	(32.293)
Outras despesas	(2.2005.431)	(3.870.707)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

19. Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2020	2019
Rendimentos aplicações financeiras	82.185	107.693
Descontos obtidos	5.827	30.490
Distribuição de sobras	55.008	121.921
Receitas financeiras	143.020	260.104
	2020	2019
Encargos s/ empréstimos	(442.930)	(915.156)
Despesas bancárias	(41.497)	(63.864)
IRRF s/ aplicações	-	(4.466)
Encargos sobre aplicações financeiras	(227)	-
Juros e multas	(20.122)	(14.509)
Taxa administração de cartão	(144.678)	(60.923)
Despesas com cobranças	(363.058)	(425.804)
Despesas financeiras	(1.012.512)	(1.484.722)

20. Seguros

A Entidade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis.

21. Instrumentos financeiros

21.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, anuidades a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores aos três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

21.2. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Administração examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

21.3.Risco de crédito

A política da Entidade considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento da carteira e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

21.4.Risco de liquidez

É o risco da Entidade não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

21.5.Risco de mercado

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Entidade incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

21.6.Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	9.444.861	9.444.861	7.716.308	7.716.308
Anuidades a receber	14.733.268	14.733.268	12.502.030	12.502.030
Investimentos	851.545	851.545	851.545	851.545
Passivos financeiros				
Fornecedores	708.687	708.687	602.720	602.720
Empréstimos e financiamentos	9.259.873	9.259.873	9.421.161	9.421.161

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Equivalentes de caixa:** está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- **Anuidades a receber:** são mensuradas pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável ou relevante;
- **Investimentos:** trata-se de cotas capital emitidas por instituição financeira registrada pelo método de custo amortizado;
- **Empréstimos e financiamentos:** são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado;
- **Fornecedores:** são classificados como mensurados ao custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos atribuíveis a transação.